

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE JOVENS RURAIS NO ALTO JEQUITINHONHA, MG¹

Warley Ferreira e Silva²
Flávia Maria Galizoni³

Resumo: O termo “juventude” traz consigo intensos debates sobre o que significa esse período da vida das pessoas, podendo ser uma faixa etária ou um conjunto de características sociais. Neste artigo, considerou-se jovens rurais como uma categoria social construída a partir de experiências diversas. Por isso, fez-se necessário compreender o contexto em que eles estão inseridos: trata-se, em sua maioria, de jovens agricultores familiares que têm papel decisivo na reprodução social e financeira da unidade familiar a que pertencem. A partir dessa realidade, a educação do campo tornou-se oportunidade de formação para jovens rurais ao desenvolver habilidades tanto no curso superior escolhido, quanto no trabalho na roça. Com o objetivo de investigar a relação entre a Educação do Campo e as possíveis trajetórias dos jovens rurais do Alto Jequitinhonha, organizou-se um estudo com estudantes e egressos da Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), Vale do Jequitinhonha mineiro. A pesquisa de campo foi realizada a partir de abordagem quanti-qualitativa realizada em duas fases: pesquisa documental e entrevistas semi-orientadas. A amostra foi organizada pelo município de origem dos estudantes e egressos, contemplando os municípios com maior representatividade: Turmalina, Veredinha, Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte. As entrevistas revelaram uma forte relação entre as habilidades desenvolvidas na EFAV e as perspectivas profissionais dos estudantes: 75% dos entrevistados pretendem cursar faculdades na área de Ciências Agrárias, Veterinária ou Zootecnia; enquanto 81,25% dos egressos permaneceram no Alto Jequitinhonha, embora as atividades profissionais sejam diversas. A formação em técnico em agropecuária, fornecida pela EFAV, fortaleceu um sentimento de pertença, desejo de continuar no campo e desenvolver atividades agrícolas, porém com uma formação que vai além da técnica e que permite o desenvolvimento de habilidades diversas.

Palavras-chave: Juventude; Rural; Educação; Agricultura.

RURAL EDUCATION AND THE CONSTRUCTION OF TRAJECTORIES OF RURAL YOUNG PEOPLE IN ALTO JEQUITINHONHA, MG

Abstract: The term “youth” brings with it intense debates about what this period of people's lives means, which can be an age group or a set of social characteristics. In this article, rural youths were considered as a social category built from diverse experiences. Therefore, it was necessary to understand the context in which they are inserted: most of them are young family farmers who play a decisive role in the social and financial reproduction of the family unit to which they belong. Based on this reality, rural education became an opportunity for training for rural youths by developing skills both in the chosen higher education course and in the field work. In order to investigate the relationship between Rural Education and the possible trajectories of rural youth in Alto Jequitinhonha, a study was organized with students and graduates of the Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), Vale do Jequitinhonha Mineiro. The field research was carried out using a quantitative and qualitative approach carried out in two phases: documentary research and semi-oriented interviews. The sample was organized by the municipality of origin of the students and alumni, covering the municipalities with the greatest representation: Tourmaline, Veredinha, Minas Novas, Capelinha and Chapada do Norte. The interviews revealed a strong relationship between the skills developed at EFAV and the students' professional perspectives: 75% of the interviewees intend to attend colleges in the area of Agricultural Sciences, Veterinary or Animal Science; while 81.25% of graduates remained in Alto Jequitinhonha, although professional activities are

¹ A pesquisa que originou este artigo foi apoiada pelo CNPq e Fapemig. Os autores agradecem o apoio recebido.

² Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisador do do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJUFGM). E-mail: warleyfs@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7114-9361>

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJUFGM). E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7567-1269>

diverse. Training in agricultural technicians, provided by EFAV, strengthened a sense of belonging, a desire to continue in the field and develop agricultural activities, but with training that goes beyond technique and allows the development of diverse skills.

Keywords: Youth; Rural; Education; Agriculture.

1 INTRODUÇÃO

O termo “juventude” traz consigo intensos debates sobre o que significa esse período da vida das pessoas, uma vez que, apesar das diversidades, é uma etapa em que transformações físicas, fisiológicas, psicológicas e emocionais geram muitas dúvidas sobre o futuro. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), jovens são definidos a partir de enquadramento na faixa etária de 15 a 24 anos. Já a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) considera o limite etário até 29 anos para jovens rurais em consonância com o Governo Federal brasileiro. Estudo da Fundação João Pinheiro (FJP), para Minas Gerais, apontou que jovens rurais podem ser definidos como uma “categoria social diversa, construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental”⁴.

Quando se reflete sobre juventude rural há mais aspectos envolvidos do que apenas a classificação etária. É preciso considerar um conjunto de relações e comportamentos, principalmente quando os jovens têm origem em dinâmicas socioculturais e econômicas próprias do campesinato.

A juventude rural deve ser compreendida, de acordo com diversos estudos, como um conjunto de fatores e relações que se estabelecem entre indivíduos que, não necessariamente, apresentarão características comuns, é preciso respeitar a individualidade de cada sujeito e evitar a homogeneização que o senso comum imprime para a categoria.

Jovens camponeses estão inseridos em relações comunitárias e familiares específicas que envolvem alguns aspectos, como herança da terra, sucessão na organização da unidade produtiva e estratégias migratórias. Essas especificidades fazem da juventude rural uma categoria que, ao mesmo tempo que se assemelha aos jovens urbanos pelos dilemas de estudo, profissão e projetos de vida, se diferencia por singularidades da agricultura familiar. Jovens rurais são parte importante da força de trabalho na unidade familiar, como revelado por Alexander Chayanov (1974) há mais de um século, e, sobre eles, recaem expectativas de reprodução produtiva e social da família camponesa.

Faz-se necessário desmistificar a ideia de uma juventude que deve ser fixada em um rural cristalizado no tempo: jovens também pode ser, e muitas vezes são, protagonistas tanto nos espaços

⁴ Ver Plano estadual de Juventude e Sucessão Rural, MG (2018, p. 5).

rurais, como nos espaços urbanos. De acordo com Klass Woortmann (1990), o dilema entre ficar ou sair do campo tem sua centralidade, em boa parte das vezes, na dualidade de sentimentos: seguir a hierarquia e assumir o papel de liderança da unidade familiar com base nas regras de sucessão, ou executar um novo projeto de vida baseado na migração que pode ou não ser definitiva.

Para compreender perspectivas de trajetórias experimentadas por parte dos jovens rurais, é importante também compreender as formas como eles transitam entre o rural e o urbano, e qual formação recebem para lidar com esses espaços. Nesse sentido, é preciso refletir sobre quais possibilidades uma educação contextualizada apresenta na formação e no destino dessa juventude, e como o modelo de Escola Família Agrícola influencia as trajetórias dos jovens rurais do Alto Jequitinhonha.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar a construção de trajetórias de jovens rurais a partir de suas experiências na Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), investigando perfil dos estudantes, as ocupações de egressos e a influência da proposta pedagógica da EFAV.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A especificidade da Agricultura Familiar

O trabalho familiar é um dos poucos elementos consensuais na definição do conceito de agricultura familiar. Dessa forma, faz-se importante refletir sobre o que é família. De acordo com Lévi-Strauss (1972), o termo família tem a ver com a experiência cotidiana e com o contexto social em que os indivíduos estão inseridos, ou seja, não é uma questão dogmática e, sim, precisa ser considerada nos diferentes contextos socioculturais. Para Bruschini (1989, p.13), o conceito de família, embora polissêmico, pode ser entendido como: “um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto”. Ao afirmar que a família se torna “sobretudo uma unidade de produção doméstica, de soma de rendimentos e de consumo” (p. 32), a autora dialoga com Chayanov (1974).

Chayanov (1974) revelou uma estreita relação entre a composição, o tamanho da família camponesa e a sua capacidade produtiva, uma vez que a força de trabalho era prioritariamente familiar, composta pelos membros da unidade doméstica, e não havia, na organização social e produtiva, trabalho assalariado. Portanto, considerando que os adultos da família são a força de trabalho, as crianças menores não contribuem na soma dessa força, são apenas consumidoras. À medida que os filhos crescem e podem contribuir com atividades, como cuidar da horta e alimentar os animais, passam a contribuir com parcelas de trabalho, alterando a razão produção/consumo e, assim, cada novo membro que passa a desempenhar tarefas, contribui para o ganho de excedentes,

revelando a importância dos jovens rurais na garantia da reprodução produtiva e social de suas unidades familiares.

Agricultores familiares são, segundo Abramovay (1998), um grupo social em que a gestão da terra e da produção é feita pelos mesmos sujeitos que realizam o trabalho no campo: o próprio trabalhador é também o gestor, exigindo uma dinâmica de trabalho/gestão intensa.

Uma das estratégias acionadas por agricultores familiares como forma de garantir a reprodução social da família é a pluriatividade, ou seja, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora da unidade familiar. Para Schneider (2005), essas articulações de práticas produtivas não devem ser compreendidas como distanciamento do campo, mas como estratégia de reprodução social camponesa, principalmente em situações que condições do ambiente (capital ecológico), ou da força de trabalho, não garantem plenamente o sustento da família.

Assim, não é simples conceituar agricultura familiar, as variáveis que a definem formam um mosaico socioeconômico, cultural e ambiental. Em função dessa diversidade, agricultores familiares apresentam grande capacidade de reorganização para garantir a reprodução social e produtiva de suas unidades. “Mesmo expropriado culturalmente e submetido ao poder de uma ideologia dominante, o mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer” (BRANDÃO, 1986, p. 15).

Ao se analisar os Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, observou-se que houve redução de 1.530.566 pessoas no total de ocupados com a agricultura familiar no Brasil.⁵ A média por estabelecimento passou de 3,2 pessoas em 2006, para 3 em 2017, o que indica a relevância de políticas públicas, econômicas, sociais e educacionais para o fortalecimento da agricultura familiar, segmento produtor de alimentos fundamentais para a dieta nacional. Mas também gera indagações importantes sobre o perfil e a trajetória dos jovens na agricultura familiar.

2.2 Herança, sucessão, processos migratórios e Juventude Rural

Para os agricultores familiares, a terra é mais que um espaço de plantar e colher, está associada a questões culturais, históricas e, muitas vezes, da própria permanência do grupo enquanto tal (CASTRO, 2005). A herança da terra para os jovens rurais como forma de garantir a reprodução social da unidade familiar pode ser motivo de permanência ou de incentivo à migração, dependendo de como a família e os jovens definem seus projetos de vida.

Sacco e Caldas (2006) consideram que o processo de sucessão não se refere apenas à transferência de bem ao longo de gerações, mas se configura como um código cultural que orienta as escolhas para que, pelo menos, um dos jovens garanta a reprodução da unidade familiar. Há, em

⁵ Importante ponderar que houve uma mudança de metodologia entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, os dados sobre agricultura familiar neste último censo foram coletados de forma implícita.

certas regiões do país, mais especificamente no Sul do Brasil, uma forte tendência à saída dos jovens rurais de suas terras rumo aos centros urbanos (MENDONÇA, 2008). As motivações para a migração são diversas, incluindo desde a falta de estrutura de lazer e a oferta de escolas (CASTRO, 2005) à redução da necessidade de mão de obra para trabalho no campo (HEIN, 2017).

Castro (2005), Brumer (2007), Wanderley (2007) e Carneiro (2006) sugerem que a busca por maior liberdade e oportunidades de estudo e trabalho, aliados à carência de espaços de lazer e socialização, são fatores motivadores para a migração de jovens rurais para as cidades. Em etnografia realizada no Rio de Janeiro, Castro (2005) apontou que muitos jovens gostam do espaço rural, desejando apenas que ele se adaptasse às suas necessidades, por exemplo, ter áreas de lazer. Entretanto, a busca por trabalho fora do rural para amenizar as penosidades do trabalho agrícola pode não representar essa “libertação”, em boa parte dos casos já estudados, os trabalhos que os jovens conseguem nas cidades são tão penosos quanto o trabalho na roça (CASTRO, 2005).

É preciso uma análise cautelosa quando se avalia a saída de jovens rurais do campo para a cidade, pois, baseado nas pesquisas dos autores já citados, há especificidades de região para região. A migração de jovens rurais para o espaço urbano não acontece com a mesma intensidade em todas as regiões do país.

A partir de Brumer (2007) e Castro (2009) pode-se compreender a importância de vincular ao conceito de juventude rural critérios socioculturais articulados a dados estatísticos e a fatores biológicos. O estudo de Castro (2005) apontou que jovens do assentamento rural do Mutirão Eldorado que estudam na escola de Seropédica (RJ) apresentavam queixas de preconceito e discriminação por virem da zona rural. A dependência de caronas e o cansaço pelo trabalho na roça durante o dia e pela escola à noite eram alguns fatores que contribuíam para que os jovens rurais dessa região deixassem a escola antes mesmo de concluírem seus estudos.

Foi a partir da necessidade de uma educação contextualizada para jovens camponeses⁶, ou seja, de que fossem utilizados elementos da realidade local em suas práticas de ensino, que se desenvolveu, na França, a experiência de educação baseada na Pedagogia da Alternância. Essa experiência francesa deu origem, no Brasil, à proposta das Escolas Família Agrícolas (EFA). Na EFA, os jovens passam uma quinzena na escola aprendendo conteúdos contemplados nas matrizes curriculares formais e também relacionados às práticas na unidade familiar, e uma quinzena com a família desenvolvendo atividades de pesquisa, relacionando o aprendizado na escola com o cotidiano das comunidades camponesas (HEIN, 2017). A educação contextualizada leva o estudante e o educador a buscarem diariamente novas formas de aprender/ensinar. De acordo com Paulo Freire (2015, p. 26) “aprender precedeu a ensinar”, ou seja, é da necessidade de se aprender que o

⁶ A educação contextualizada se baseia na realidade social dos educandos e educandas e possibilita contextualizar o processo ensino-aprendizagem com a diversidade cultural de cada lugar, promovendo a produção do conhecimento apropriada a cada realidade (TAVARES, 2009, p. 143).

ensinar passa a fazer sentido na vida das pessoas e, por isso, faz-se primordial uma educação que tenha como ponto de partida a práxis de um grupo social.

Portanto, propostas de educação contextualizada surgiram como alternativas para a formação de jovens rurais que desejam uma formação voltada às suas realidades do rural juntamente à formação oferecida pela família e pela comunidade local.

2.3 A educação como instrumento de identidade: Escolas Família Agrícolas e a formação de jovens rurais.

A Revolução Industrial iniciou um processo de reformulação da educação baseado na pedagogia tecnicista, mercantilizando a educação pautada por resultados e, portanto, tendo como elemento principal “a organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas” (SAVIANI, 2012, p. 12).

De acordo com Paulo Freire (2015), o “pensar certo” exige abertura ao novo, porém sem negar o velho apenas por questões cronológicas, e sim por esse novo atender a uma nova organização da sociedade, ou mesmo para combater uma organização que discrimina e até elimina da sociedade sujeitos historicamente construtores do saber, contudo socialmente desqualificados.

A partir de uma análise sobre a Pedagogia do Oprimido, Streck (2009) afirmou que o oprimido ou marginalizado não está fora do processo, e, portanto, não deveria ser incluído; entretanto, faz-se imperativo transformar uma estrutura opressora em uma estrutura educacional que os veja como parte integrante e ricamente preparada para contribuir com avanços pedagógicos.

A diretriz contemplada no Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural (2018, p. 09): “Promover a educação do campo contextualizada de qualidade, com formação profissional e apoio financeiro à pesquisa aplicada, respeitando os saberes locais e o acesso à tecnologia” apresentou a educação do campo como uma conquista “fácil” e organizada pelo governo. Porém, a prática tem indicado que a conquista de uma educação que valoriza os saberes locais e garante a reprodução da família camponesa não é fruto apenas de leis, mas, ao contrário, de lutas que garantiram a implantação das Escolas Família Agrícolas (EFAs) em comunidades rurais. Segundo Caldart (2002 p. 22), a Educação do Campo

É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas;

Para Oliveira (2013), a ideia de uma escola que atendesse a um público com demandas específicas, como é o caso dos jovens camponeses, nasceu, como visto acima, na França, na década de 1930, com o nome de “Maison Familiale Rurale”. Surgiu a partir da inquietude de um pai

camponês desejoso de ver seu filho formado para atuar no contexto social, econômico e cultural a que pertencia, negando uma educação descontextualizada e sem perspectiva de trazer aos jovens possibilidades de avanços em suas formações.

O modelo de educação das Escolas Família Agrícolas se baseia na pedagogia da alternância, organizada em semi-internato onde o aluno passa 15 dias na escola e 15 dias com a família (TEIXEIRA *et al.*, 2008; OLIVEIRA, 2013). Durante o período na escola, aprendem os conteúdos contemplados na matriz curricular de maneira contextualizada com as vivências e saberes da comunidade rural a qual pertencem. Nos outros 15 dias, os alunos têm a oportunidade de experimentar, em casa, as atividades que a família realiza na roça e, dessa forma, o que aprenderam na escola de maneira teórica pode ser aplicado na prática.

No Brasil, a pedagogia da alternância teve início em 1969, em uma escola no estado do Espírito Santo (TEIXEIRA *et al.*, 2008). A implantação desse modelo foi fruto das lutas de diversos movimentos sociais e de setores da Igreja católica para pressionar o Governo a oferecer às populações rurais uma educação contextualizada. Pietrafesa (2008) compreendeu o modelo de pedagogia aplicado às EFAs como uma possibilidade à migração do jovem rural, pois permite que ele se reconheça como sujeito na construção do conhecimento a partir das experiências propostas. Para isso, é importante que os gestores e professores das EFAs compreendam a dinâmica da família rural, para que a intervenção da escola seja efetiva na formação dos jovens rurais.

Brandão (1986) e Silva (2004) alertam para a relevância de se conhecer a fundo a cultura local para se estabelecer a devida relação entre educação e cultura. Essa relação é tão estreita que por vezes há conflito entre as famílias e a escola, porque muitos pais entendem que a escola se sobrepõe à educação de seus filhos.

Mas, a formação de jovens rurais não se dá apenas pela via formal, os conhecimentos apreendidos entre gerações nas famílias rurais (educação não formal) são tão valiosos para a formação desses jovens quanto a educação formal oferecida pela Escola Família Agrícola (EFA). Brandão (1986), apontou que os diferentes saberes, intrínsecos na cultura, no saber popular e na tradição familiar não podem ser suprimidos em detrimento de uma educação generalista.

Segundo Clenir Franck (2002), o aprendizado se inicia desde muito cedo e se torna hábito constante ao longo da vida, a todo tempo há motivações e oportunidades de ensinar e aprender com o cotidiano. Nesse sentido, educação do campo é um projeto que valoriza a realidade do jovem rural e as relações que ele estabelece com a família e os demais membros da comunidade, e com o trabalho na unidade produtiva familiar, além de tornar o jovem e todos os que têm influência nas suas trajetórias protagonistas do processo formativo (LEÃO; ROCHA, 2015; SILVA, 2017).

3 METODOLOGIA

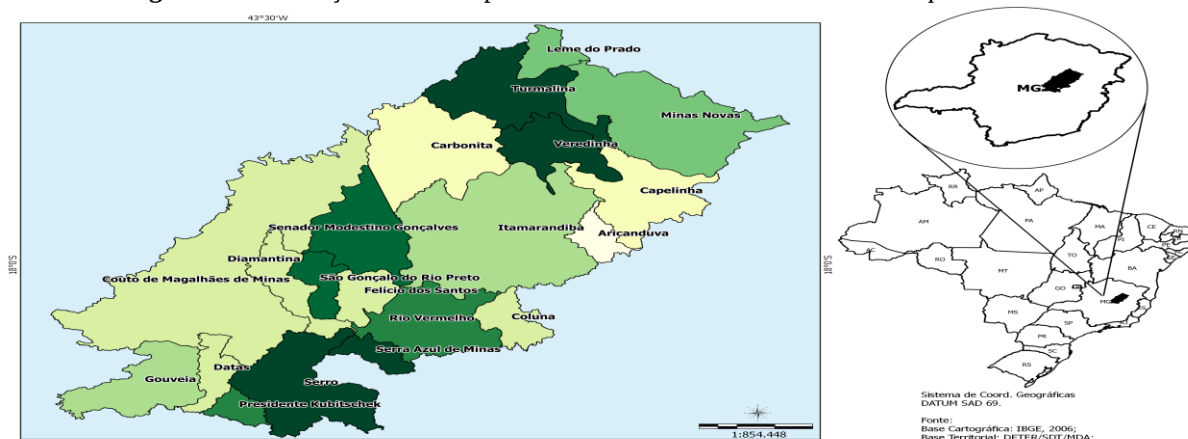
Este estudo foi realizado com estudantes e egressos da Escola Família Agrícola de Veredinha (EFAV), que, desde 2011, atende jovens de aproximadamente 30 comunidades do Alto Jequitinhonha, oferecendo formação em técnico em agropecuária associada ao ensino médio.

Situado na região nordeste do Estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha se divide em 2 territórios: Alto e Médio-Baixo Jequitinhonha. Local ao qual este estudo privilegia, o Território do Alto Jequitinhonha congrega 20 municípios e apresentava em 2015 uma população total de 270.529 habitantes, sendo 16,25% desse total em áreas rurais. Os estabelecimentos da agricultura familiar somavam 15.089 e ocupavam 43.974 pessoas (Perfil territorial – MDA 2015).

O Vale do Jequitinhonha foi, durante décadas, considerado como uma região de extrema pobreza, apresentando baixos índices de IDH e, por isso, alvo de programas públicos. Porém, o Jequitinhonha apresenta especificidades que superam os índices oficiais de governo e o desloca de uma condição de pobreza para uma condição de riqueza cultural, elevada produtividade e dinamismo por parte dos agricultores familiares que se encontram em grande número e, assim, representam a dinâmica social do campesinato nessa região (RIBEIRO *et al.*, 2014, p. 1087).

A EFAV surgiu da necessidade de que os filhos de agricultores do Território do Alto Jequitinhonha tivessem acesso a estudos formais próximos a suas localidades e adequados às suas realidades. Foi a partir dessas necessidades que um grupo de agricultores se organizou e solicitou, junto à Secretaria de Educação, uma autorização para a implantação da escola. O terreno para a construção foi doado por um agricultor membro da Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional Familiar e Agropecuário de Veredinha (ACODEFAV), e os recursos para contratar professores monitores vieram principalmente de programas do Governo Federal. Com o apoio do Centro de Agricultura Alternativa Vicente de Nica (CAV) – organização de base da agricultura familiar, e em parceria com a Fundação Humanitária Vivamos Mejor, da Suíça, foi possível equipar a escola que iniciou suas atividades em março de 2012, sendo a implantação dessa escola possível a partir de um esforço conjunto de diversos setores da sociedade civil (GARCIA, 2018).

A EFAV atendeu, em 2018, 122 alunos de Ensino Médio divididos em 1º, 2º e 3º ano (CENSO ESCOLAR, 2018). A escola se baseia na pedagogia da alternância e, nessa dinâmica, os alunos se organizam em sessões, contendo alunos das três séries. Cada sessão permanece 15 dias em casa e 15 dias na escola. Durante a quinzena na escola, os alunos participam de atividades teóricas voltadas para as disciplinas do ensino médio e curso técnico, além de práticas em zootecnia e agricultura, próprias para a formação em técnico em agropecuária. A quinzena com a família é uma extensão da escola, uma vez que os alunos levam para casa o caderno de atividades e ainda têm a possibilidade de trocar experiências práticas com a família.

Figura 1: Localização do Município de Veredinha no Território do Alto Jequitinhonha

Fonte: Perfil territorial – MDA 2015

Em uma segunda fase, realizou-se um levantamento prévio de informações sobre a origem e a organização da EFAV, seu projeto político pedagógico (PPP) e o perfil dos jovens que são atendidos por ela. Esse levantamento foi realizado por meio de pesquisa documental (GIL, 2002), combinada com entrevistas semi-orientadas (QUEIROZ, 1991) com egressos e estudantes da escola com o objetivo de traçar um perfil dos jovens que frequentam e frequentaram a EFAV, buscando compreender a influência da EFAV nas trajetórias profissionais e pessoais. As entrevistas foram realizadas com a utilização de roteiros/ tópicos guias (GASKELL; BAUER, 2000). Nessa fase, utilizou-se a técnica “bola de neve” para, a partir das entrevistas com monitores e estudantes, localizar egressos da EFAV.

Ao todo foram entrevistados 52 jovens; desses, 36 ainda eram estudantes na EFAV e 16 eram egressos. Todos os entrevistados tinham suas origens em comunidades rurais do Território do Alto Jequitinhonha, distribuídas pelos municípios de Turmalina, Veredinha, Capelinha, Chapada do Norte e Minas Novas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil das famílias

Os 52 jovens entrevistados - 28 homens e 24 mulheres - tinham em média entre 17 e 18 anos. Pertenciam a famílias majoritariamente nucleares, constituídas por pais, mães e filhos. A idade média das mães concentrava-se na faixa entre 30 e 40 anos, enquanto a idade média dos pais concentrava-se entre 41 e 50 anos, revelando que estavam em idade produtiva.

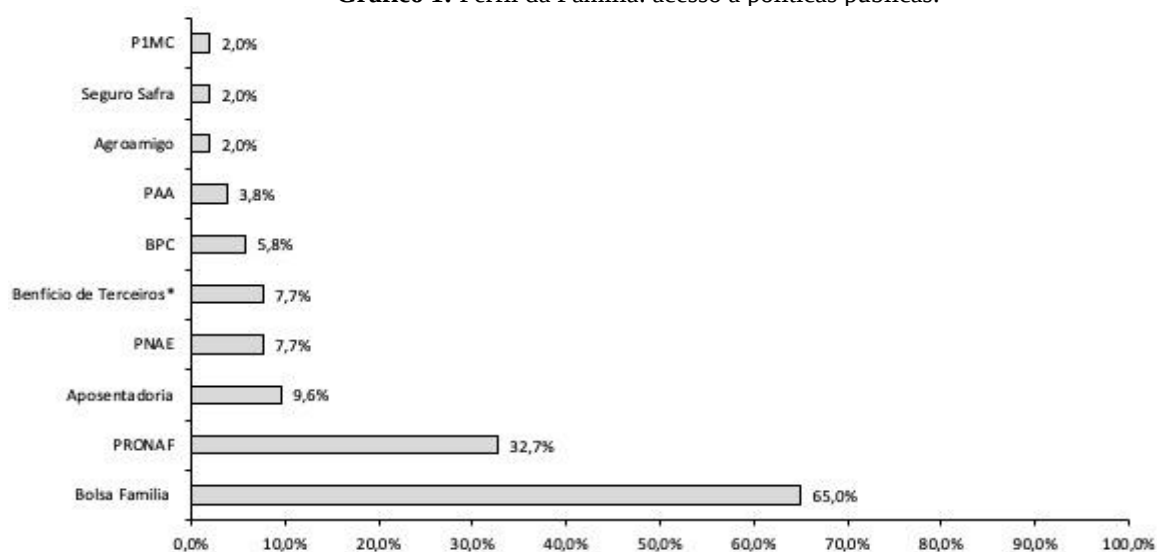
As famílias dos estudantes apresentam pouca discrepância quanto ao acesso a bens de consumo duráveis e benfeitorias em suas residências: em 100% dos domicílios dos entrevistados, havia energia elétrica, água em casa, banheiro, geladeira e telefone celular. Esses dados

desmistificam a ideia de um Jequitinhonha rural atrasado e precário, fator determinante no movimento migratório de jovens em busca de melhores condições de vida.

As entrevistas revelaram que 86% das famílias acessam ou acessaram alguma política pública nos últimos anos, reforçando a importância da compreensão do espaço e da dinâmica rural, bem como das políticas públicas para esse setor da sociedade na reprodução social das unidades familiares produtoras de alimentos.

O Bolsa Família foi o programa público que mais contribuiu com a renda das famílias dos estudantes, em seguida o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e em terceiro lugar aposentadoria e benefício de terceiros - por exemplo, auxílio doença de irmãos deficientes - ambos com 11%. Os dados apontaram a importância do investimento do governo federal em políticas públicas que incentivam a educação e ao mesmo tempo fortalecem financeiramente as famílias de agricultores. Mas, é bom ressaltar que os dados também revelaram que, para 85,5% das famílias dos entrevistados, a principal forma de sustento é o próprio trabalho no campo.

Gráfico 1: Perfil da Família: acesso a políticas públicas.



Fonte: pesquisa de campo (2019).⁷

Uma característica relevante observada foi a ocupação dos progenitores dos jovens: 56% das mães foram identificadas como trabalhadoras rurais dentro de suas unidades produtivas familiares, enquanto 51% dos pais foram declarados como trabalhadores rurais dentro de suas unidades

⁷ P1MC: Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

BPC: Benefício de Prestação Continuada

PNAE? Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

* Benefício de Terceiros: Refere-se a benefícios como aposentadoria ou auxílio saúde de parentes que residem com o entrevistado.

familiares. Por outro lado, quando se analisou a pluriatividade,⁸ notou-se que 17% dos pais e 12% das mães foram identificados como pluriativos.

Estudos de Mendonça (2008) e Galizoni (2000) já apontaram que, no Alto Jequitinhonha, existe uma dinâmica própria em que não há uma divisão muito rígida do trabalho familiar, toda a família é responsável pela produção. Apesar de haver hierarquias simbólicas na divisão de tarefas, as mulheres trabalhavam na lavoura, “puxavam enxada” e participavam de quase todas as atividades da unidade familiar, inclusive se responsabilizavam pela venda de produtos nas feiras. Quando o trabalho era considerado muito penoso, como derrubar a vegetação, ficava a cargo dos homens, mas eles também realizavam atividades caracterizadas, por outros autores, como femininas, como cuidar das galinhas, da horta ou coletar lenha. Ribeiro *et al.* (2014) afirmou que o maior envolvimento das famílias rurais com programas comunitários promoveu maior acesso a bens de consumo, facilitando o trabalho doméstico e garantindo assim mais tempo para que as mulheres se dediquem ao trabalho agrícola.

4.2 Dinâmica dos jovens entre campo e cidade

A pesquisa analisou o fluxo dos jovens rurais do Alto Jequitinhonha para a cidade. Revelou que entre os 36 jovens estudantes que moram no campo, 96,6% mantêm um fluxo constante da roça para a cidade. Os principais motivos para esse deslocamento foi classificado como “pessoal” para 43% dos jovens: pagar contas, visitar parentes, resolver questões ligadas a documentos, etc.; em seguida, 39% se deslocam para fazer compras, 36% em busca de lazer, 36% para fazer pesquisa para a escola, 18% para acessar serviços de saúde, 14% para irem à feira livre e 4% para participar de atividades religiosas.

A frequência com que esse movimento do campo para a cidade ocorria, também foi investigada: a maioria dos jovens vai à cidade 1 vez por semana. Mas, os jovens, em sua maioria, afirmaram que esse é um fluxo dinâmico, fluido, que pode sofrer variações de acordo com a necessidade de cada um e de suas famílias.

Quanto ao questionamento em relação à identificação com o campo, 92% dos estudantes e egressos se consideravam como jovens rurais, embora nem sempre residam no espaço rural ou tenham contato exclusivo com a roça além do favorecido pela formação na Escola Família Agrícola. Entre as justificativas para se identificarem como jovem rural, destacaram, principalmente, a identidade e o pertencimento cultural, como relatou a jovem Patrícia Gabriele, estudante do 1º ano na EFAV: “*Sou apaixonada pela cultura local, folias etc., coisas da roça, animais, é tradição familiar*”.

⁸ Como dito anteriormente, pluriatividade é caracterizada como a realização de atividades agrícolas dentro da própria unidade familiar combinadas com atividades agrícolas, ou não, fora da unidade familiar, geralmente uma atividade remunerada (Schneider 2005)

A relação dinâmica entre rural e urbano se fortalece, em parte, em função da formação oferecida pela EFAV, uma vez que 61% dos estudantes apontaram como ponto mais forte da escola a formação técnica e a formação como cidadão, permitindo ver desafios que, antes de ingressarem na EFAV, pareciam impossíveis de serem superados.

Os 16 jovens egressos da EFAV que foram entrevistados apresentam perfis familiares semelhantes. As entrevistas apontaram que 62,5% não moram com a família embora permaneçam no Alto Jequitinhonha, e, desses, 37,5% moram com irmãos, sozinhos ou têm duas residências, uma na cidade e outra na roça; 87,5%, são solteiros e 25% tem filho(s).

Ao serem perguntados sobre a motivação para o trabalho agrícola, o questionário apresentava uma escala entre 1 e 5 para níveis de motivação, sendo 1 o valor mais baixo e 5 o mais alto. Do conjunto dos entrevistados, 60% indicaram grau 5 de motivação, o que também justificou a permanência de 81,25% dos egressos na região. Percebeu-se que, somada à origem familiar a formação oferecida pela EFAV, tanto na parte técnica como no incentivo à valorização do espaço rural, foram marcantes nas trajetórias desses jovens. De acordo com Maria Josilane Sousa, 19 anos, egressa da EFAV: *“Acredito que é possível viver e se sustentar da roça, mesmo sendo um desafio maior para as mulheres, acredita que é possível, além de garantir uma alimentação diversificada e saudável”*.

Dos egressos que permaneceram residindo no vale do Jequitinhonha, 43,25% estão ocupados em atividades não agrícolas como assessor contábil, balconista e professor; 12,5% trabalham com agropecuária nas suas unidades produtivas familiares; 12,5% desempenham atividades ligadas ao rural como extensionista e diarista em atividades agrícolas, e 12,5% eram estudantes em instituições de ensino superior. Os demais, 18,75%, se declararam como desempregados e, embora trabalhassem em suas unidades familiares, não consideravam a atividade agrícola como sua profissão.

Uma grande maioria dos egressos entrevistados, 76%, mesmo aqueles que não se ocupavam em trabalho agrícola, mantinham terrenos em comunidades rurais, para lazer ou para pequenas produções de autoconsumo. Afirmaram, ainda, que esse desejo de voltar à roça está diretamente ligado ao sentimento de pertença favorecido tanto pela origem familiar, quanto valorizado formação na EFAV.

Esse sentimento de pertencimento ao Território estava presente mesmo para os 2 egressos entrevistados que não residiam no Alto Jequitinhonha: uma, estudava Agronomia no Instituto Federal do Norte de Minas campus Januária, apontou a influência da EFAV na sua busca por formação acadêmica vinculada ao rural; e outro, residente em Belo Horizonte onde trabalha no comércio urbano.

Os jovens entrevistados avaliaram como um dos pontos fortes da EFAV a formação técnica representada pelo Projeto Profissional do Jovem (PPJ), pelos intercâmbios com empresas e organizações voltadas à agricultura, bem como as aulas práticas nesse tema que valorizavam também o saber de lavradores locais. A formação “social” foi apontada como outro ponto forte da escola, tendo como destaque a habilidade de falar em público, a convivência com culturas e personalidades diferentes, revelando a valorização, por parte dos jovens, de uma formação ampla e visão holística oferecido pela educação do campo.

A EFAV não desenvolveu nos estudantes apenas perspectivas de permanência no campo, mas forneceu a eles possibilidades de avaliar, entre campo e cidade, qual o melhor espaço para realizar seus projetos, ou ainda, que os dois espaços não são dicotômicos, mas complementares na busca pela realização de trajetórias pessoais, profissionais e familiares. Assim, jovens rurais buscavam organizar suas trajetórias articulando possibilidades de produzir e reproduzir sua vida no âmbito da família, comunidade e território, espaços materiais/imateriais de produção de modo de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, o rural e o urbano foram considerados polos contrários em dinâmicas produtivas e em relação à perspectiva de vida. No século XXI, de acordo com Monte-Mór e Silva (2010), o rural se estende ao urbano e vice-versa, não havendo dualidade, e sim complementaridade entre os dois espaços, respeitando suas especificidades. Para os jovens pesquisados, o trânsito entre rural e urbano acontece corriqueiramente, de maneira fluida, muitas vezes imperceptível, tão tênue é a linha que separa os dois espaços. Se trabalhar na cidade não caracteriza um jovem como urbano, tampouco estar na roça o caracteriza como rural. Os jovens entrevistados não percebiam o rural como oposição ao urbano, mas consideravam os dois espaços complementares em formas de trabalho, lazer e moradia. Definir-se como jovem rural é, principalmente, uma escolha de vida, uma decisão cultural que vai além do contato físico com o meio, tem a ver com pertencimento. Assim, a juventude rural do Alto Jequitinhonha se apresenta com características culturais e produtivas específicas da agricultura familiar da região, com uma dinâmica própria de fluxo entre cidade e campo.

A formação em técnico em agropecuária fornecida pela EFAV fortalece o sentimento de pertença e desejo de permanecer no campo e desenvolver atividades agrícolas, porém com uma formação que vai além da técnica e permite o desenvolvimento de habilidades diversas. Os jovens formandos pela EFAV também se declararam prontos a buscar e realizar projetos de vida, ainda que distantes do campo, o que não os afastam do sentimento e orgulho de serem jovens rurais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. 1. ed. Brasília: Convênio FAO-INCRA/CPPP-EPAGRI – Edições UNESCO, 1998.
- ANJOS, Flavio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber de classe e educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O ardil da ordem**. Campinas: Papirus, 1986.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Org.). **Juventude rural e perspectiva**, 01. 2006. **Anais[...]** Rio de Janeiro: Murad X, 2007. 311 p.
- BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 6, n. 1, jan./jul. 1989.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Org.). **Juventude Rural E Perspectiva**, 01. 2006. **Anais[...]** Rio de Janeiro: Murad X, 2007. 311 p.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia social da categoria jovem rural. 2005. 427f. (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- CHAYANOV, Alexander. La familia campesina y la influencia de su desarrollo en la actividad económica. In: CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. p. 47-68.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.
- FANCK, Clenir. **Entre a enxada e o lápis**: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/PR. 2007. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015. 143 p.
- GALIZONI, Flávia Maria. **A terra construída**: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. 98f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2000.
- GASKELL, Gorge; BAUER, Martin (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HEIN, Gustavo Elias. **Sucessão Familiar Rural**: Um estudo de caso com jovens egressos da escola família agrícola de Santa Cruz Do Sul/RS. 2017. 51f. (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, RS, 2017.
- IBGE. **Censo Agro 2017**: dados preliminares [Internet]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 09 fev. 2020.
- LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes. **Juventudes do campo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In SHAPIRO, Harry L. **Homem, Cultura e sociedade**. 2. ed. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1972.
- MENDONÇA, Kenia Fabiana Cota. **Sucessão, formação e migração**: destinos de duas gerações de agricultores familiares do Alto Jequitinhonha, MG. 2008. 119f. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís; SILVA, Harley. Transição urbana, urbanização extensiva e meio ambiente: diálogos possíveis. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 4., 2010, Havana, Cuba. **Anais [...]**. Havana: APAL, 2010.
- PIETRAFESA, José Paulo. Sustentabilidade e espaço rural: Escola Família Agrícola de Goiás. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2008.
- PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE. (2008). Plano Estadual de Juventude: **construindo um pacto pela juventude**. PE: Secretaria Especial da Juventude e Emprego; Governo de Pernambuco. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=32341625&folderId=32341241&name=DLFE-159944.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.
- QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. 9. ed. São Paulo: Editora T.A Queiroz, 1991.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães *et al.* Agricultura familiar e programa de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas: Autores associados, 2012.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.) **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**: Contribuições ao Debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. 2005. v. 05, n. 17. p. 23-42.
- SILVA, Leandro Luciano. **Dois tempos, vários lugares**: trabalho e emancipação em alternância. 2007. 129f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Vanda. **Sertão de Jovens**. São Paulo: Cortez, v. 115, 2004. 120 p. (Questões da nossa época).

STRECK, Danilo R. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. **Educação e Sociedade**, São Paulo, vol. 30, num. 107 p. 539-560, 2009.

TAVARES, Celma. Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 31, n. 2, 13 out. 2009.

TEIXEIRA, Edval Sebastião *et al.* Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34 n. 02, p. 227-242, mai.- ago. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.7, n. 1, jan./jun. 1990.

Submetido em: 30 de abril de 2020.

Aprovado em: 19 de maio de 2020.